

RECONSTRUÍDO

Octávio Viana

© 2026 OCTÁVIO VIANA | SILENT PEN ®

RECONSTRUÍDO

Publicado nos EUA e UE

Primeira impressão 2026 (1.^a edição)

Referência Interna SP2026.194 | 28.04.2026 | 16:52

silentpenltd@gmail.com

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, distribuída ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou outros métodos eletrônicos ou mecânicos, sem a permissão prévia por escrito do editor, exceto no caso de breves citações incorporadas em análises críticas e alguns outros usos não comerciais permitidos pela lei.



*A quem teve de se apanhar do chão em pedaços e percebeu que a
identidade não se encontra, arranca-se à carne do que sobra.*

Prólogo

Reconstruir um homem exige primeiro a sua demolição. É preciso tirar-lhe o nome do sítio certo, mexer-lhe no passado com as mãos limpas, abrir-lhe a vida como quem abre um arquivo e escolher o que serve e o que se deita fora. O resto faz-se com dinheiro, acesso e uma dose grande de paciência. Uma assinatura antiga. Um endereço que ninguém fechou. Uma fotografia guardada na nuvem errada. Um registo de hotel. Duas chamadas. Três hábitos que ficaram em alguém. Quando a operação é bem feita, o homem continua a respirar e já não manda em nada do que o representa.

Foi assim que percebi o que me tinham feito.

Não me mataram logo. Fizeram uma coisa mais útil.

Partiram-me em peças.

Algumas ficaram comigo. Outras circularam. Um nome para abrir portas. Uma morte para fechar perguntas. Um passado para alimentar circuitos onde a verdade já só vale pelo modo como pode ser organizada, traduzida, validada e cobrada. Há mercados para tudo. Também há um mercado para isto, o da reconstrução de pessoas a partir dos seus restos utilizáveis. O título parece literário. Não é. É técnico. “RECONSTRUÍDO” é o estado em que um homem fica quando já o desmontaram por dentro e lhe devolveram apenas a versão que convém à operação.

Conheço esse mundo bem demais para o tratar com inocência.

Tem escritórios com carpetes grossas, salas envidraçadas, inglês correto, advogados que sabem onde tocar sem deixar marca e consultores que falam de integridade documental com a mesma serenidade com que outros pedem vinho. Tem sistemas de correlação, *due diligences*, *validators* externos, cadeias societárias montadas para criar distância moral entre a origem do interesse e aquilo que se vê à vista. Tem tecnologia suficiente para transformar rumor em padrão, padrão em narrativa, narrativa em pressão e pressão em capital. Quase nunca parece violência quando entra na sala. Mas é. A violência vem sempre, mas higienizada.

Eu devia ter reconhecido mais cedo os sinais. Não reconheci. Ou reconheci e avancei na mesma, que é uma forma mais direta de falhar. A certa altura da vida já ninguém pode culpar a juventude. Aos cinquenta e dois anos, o corpo deixa de ser desculpa e passa a ser testemunha. Levanto-me mais devagar. Durmo pior. Sei pelo estado da lombar se a noite foi boa ou

se apenas passou. Os joelhos lembram escadas, corridas e cidades onde fiquei tempo a mais. Os olhos ainda acertam bastante, desde que lhes dê café e silêncio. O resto mudou menos do que seria prudente. Continuo a reparar em tudo. No corte de uma camisa. Na pausa errada antes de um nome. Na mão que hesita um segundo a mais sobre um copo. Na mulher que entra num quarto e traz consigo mais do que perfume, ou cansaço, ou vontade. Traz história, falha e perigo. Traz a hipótese de eu ainda não estar partido o suficiente para ficar fora de jogo.

Houve mulheres, claro. Há sempre mulheres quando um homem tenta mentir sobre o que o move.

Não falo delas por falar. Pois nunca foram simples ou descartáveis. Algumas souberam ver-me melhor do que eu merecia. Outras souberam usar-me melhor do que eu admiti a tempo. Houve uma que recusou a minha morte antes de eu próprio perceber que estava morto. Houve corpos que me deram abrigo e outros que me devolveram à lucidez com mais crueldade do que qualquer relatório. O desejo, quando é real, não distrai. Obriga a ver. Obriga a medir distância, poder, mentira e medo.

Este livro nasce nesse ponto. Onde a carne e o arquivo se tocam.

Não tenho interesse em moralizar o assunto. Gente corrupta a falar de ética já me fez perder demasiado tempo. Sei distinguir a justiça séria da instrumentalização e o tribunal de mecanismo da causa legítima. Sei também que as fronteiras raramente aparecem desenhadas onde os ingênuos gostavam. O dano pode ser verdadeiro e a máquina obscena. O lesado pode existir e, à volta dele, crescer uma arquitetura de interesse tão sofisticada que a própria reparação entra no mercado. É aí que as coisas me interessam. Quando o direito continua a parecer direito, mas alguém já lhe torceu os tendões sem partir o osso.

Foi esse o terreno que encontrei.

Eu, ou o que restava de mim depois da primeira desmontagem.

Porque houve um momento em que deixei de ser apenas homem e passei a ser matéria-prima. As minhas rotas antigas, os meus mortos, os meus acessos, os meus desvios, os meus nomes usados e os meus nomes enterados começaram a aparecer fora do lugar.

Percebi então uma coisa simples e desagradável. Reconstrução não é regresso. É fabrico.

Quando um homem é reconstruído por mãos alheias, não recupera a forma. Perde a posse. Passa a viver rodeado de versões utilizáveis de si próprio, cada uma calibrada para um circuito, uma assinatura, uma reunião, uma narrativa, uma cama e uma fuga. Algumas dessas versões abrem

RECONSTRUÍDO

portas. Outras enterram-nas. E a pior parte é que todas contêm matéria nossa suficiente para ferir.

Não escrevo isto para limpar a ficha. Também não escrevo para pedir compreensão. Já passei a idade em que a exposição voluntária parece coragem. Na maioria dos casos é só gestão de danos com vocação literária. Escrevo porque, quando já nos partiram e voltaram a montar sem licença, resta uma utilidade possível: deixar uma versão mais exata do mecanismo. Mostrar a mesa de trabalho. O corte. A sutura. O parafuso. A mão que segura. A mão que fatura. A mão que nega.

O que vem a seguir não é uma confissão e muito menos um relatório. É uma cronologia de danos.

Vai haver hotéis, aeroportos, apartamentos alugados, restaurantes onde se decide mais do que se come, salas onde a linguagem jurídica serve para disfarçar cobiça com boas maneiras, ficheiros preparados antes da aprovação formal, notas sem assinatura, vozes que regressam quando já deviam estar mortas e mulheres que não cabem na categoria confortável de aliadas ou ameaça. Vai haver cidades suficientes para que o movimento pareça liberdade. Não é. Quem foge com perícia continua a fugir.

Eu cheguei a Veneza no segundo Natal depois da minha morte oficial com a sensação física de que já me tinham mexido em demasiadas partes da vida para eu continuar a fingir surpresa.

Foi aí que comecei a escrever.

1

VÉSPERA

Veneza, Itália — The Gritti Palace, quarto, 24.12.2027

Acordei antes das oito com o som surdo de um *vaporetto* a empurrar água contra a margem, lá em baixo, e com aquela sensação física de já ter dormido o bastante para não poder culpar o sono por nada. No Gritti Palace, até o barulho chega com educação. Não é silêncio. É um ruído com filtro.

Fiquei deitado mais um minuto, de olhos abertos, a olhar para o veludo pesado das cortinas e para a claridade que entrava pelas falhas. Aos cinquenta e dois anos, o corpo já não me deixa mentir com a facilidade de antes. Há dores que aparecem antes do pensamento, um joelho que lembra escadas antigas, uma lombar que cobra noites mal medidas e uma lentidão nova no primeiro movimento da manhã. E há a vergonha física de continuar a desejar coisas num mundo que já me retirou do inventário dos vivos. O corpo insiste. Essa é a sua indecência mais estável.

Virei-me para a mesa da cabeceira. O relógio marcava 07:41. O quarto tinha a ordem impecável dos lugares preparados por outros: almofadas de mais, madeira envernizada até ao ponto em que deixa de ser conforto e passa a ser mensagem, tapete grosso que não se sente nos pés mas no modo como a queda de qualquer objeto se torna discreta. Havia uma poltrona junto à janela, um escritório pequeno com a pasta preta que eu deixara aberta na véspera e o Canaïasso, o Grande Canal, do outro lado do vidro, opaco, cinzento e com as fachadas a boiar naquela luz de inverno veneziano que nunca chega a ser franca.

Era a véspera de Natal. O segundo Natal depois da minha morte oficial.

Dito assim, a frase continua a parecer-me de mau gosto. Não pelo que aconteceu, mas pela maneira de o dizer. Há coisas que preferiam continuar enterradas na linguagem errada. Ainda assim, foi isso que aconteceu.

Sentei-me na cama devagar. O robe branco do hotel estava pendurado na casa de banho como se eu fosse homem para usar robes de hotel. Não sou. Fui ao lavatório de camisa interior e boxers, abri a água e vi a minha cara no espelho sem aumentar e nem diminuir nada. Cinquenta e dois. A pele ainda segurava bem, o que só prova que a decadência também pode ser mal-educada e chegar tarde – felizmente. Os olhos, esses, já não

colaboravam. Tinham a fadiga de quem leu demais e dormiu pouco em demasiadas cidades.

Voltei ao quarto, peguei no telefone e encontrei primeiro o que me devia ferir. Estava no velho endereço que ninguém fechou depois do funeral. A minha irmã, às 07:03, enviara uma fotografia sem texto, apenas o assunto do *email*: “na mesma”.

Abri.

Era a mesa da minha mãe, em Vila Nova de Gaia. Toalha branca engomada, pratos fundos já pousados, o bacalhau ainda coberto por uma tampa de vidro baço, um cesto de pão e duas garrafas de vinho que eu conhecia pela forma antes de lhes ver o rótulo. Ao fundo, junto ao aparador, a cadeira que costumava ser minha estava ligeiramente afastada da mesa, como se alguém a tivesse puxado sem depois a chegar ao sítio. Não havia dramatização nenhuma na imagem. Era isso que a tornava pior. O ritual a continuar sem mim com a disciplina doméstica das famílias que não sabem fazer outra coisa além de continuar.

Ampliei a fotografia até ver o prato. Não estava posto. Estava encostado ao aparador, por trás dos copos, como se a casa ainda não tivesse decidido se punha ou não mais um lugar. Fechei a imagem.

A minha irmã faz aquilo desde o primeiro Natal depois da água. Não sei se é por mim, por ela, pela minha mãe, pelo meu pai, pela minha sobrinha ou pelo Mica, o cão. Não responde quando eu, por fraqueza ou crueldade, imagino responder. Talvez saiba. As famílias sabem muitas vezes mais do que deviam sobre a maneira certa de falar com os mortos.

A segunda mensagem vinha de um número que eu não tinha gravado e que, ainda assim, reconheci antes de abrir. Não pelo indicativo italiano. Pela *secura*.

Dizia apenas isto:

“Não aceito mais um Natal sem ti.”

Nada mais. Nem nome. Nem saudação. Nem pergunta.

A Cecília não precisava de se apresentar. Nunca precisou. A frase bastava. Recusava a minha morte sem me oferecer consolo. Era o género de precisão que sempre me fez mal nela.

Pousei o telefone na secretária, abri a pasta preta e puxei o manuscrito para mim. Tinha deixado a primeira página em branco na véspera, o cursor a piscar no meio da cobardia habitual. Sentei-me, ouvi outro *vaporetto* a passar, mais perto desta vez, e escrevi a frase de uma vez, sem a corrigir:

“Se isto vos chegou às mãos, então morri a tempo ou falhei a última saída.”

RECONSTRUÍDO

Fiquei a olhar para ela. Não era uma boa frase. Era a frase certa. Isso, a certa altura da vida, é o que vale mais.

Do lado de fora, um sino bateu as oito. Veneza, na véspera de Natal, continuava a ser uma máquina de hospitalidade para ricos e curiosos, mas de manhã cedo ainda guardava um resto da sua verdade: os passos curtos dos empregados nos cais laterais, os carrinhos de serviço a baterem em pedra, o frio húmido a subir dos canais e a entrar nos quartos por mais que os hotéis vendam o contrário.

Pedi café pelo telefone interno e tomei banho enquanto esperava. A água saiu com pressão bastante e temperatura impecável, o que é uma forma de luxo que respeito mais do que a mármore. Vesti uma camisa azul-escura, umas calças cinzentas, um casaco leve e fiquei descalço no tapete, a olhar para a prata já posta no aparador do quarto. O Gritti sabe fazer estas coisas com uma agressividade polida: a cafeteira baixa, oval, a tampa sem uma marca de dedos, a colher alinhada com o pires e o guardanapo espesso dobrado numa geometria que ninguém manteria numa casa onde se vive a sério. O café era demasiado correto, sem erro e sem alma. Bebi na mesma. A idade ensina-nos isto: não se desperdiça o que já está pago.

Havia também fruta cortada num prato raso, um cesto com *viennoiserie* ainda morna e um envelope creme encostado à base do açucareiro.

Não tinha remetente.

Não o toquei logo. Primeiro olhei para o empregado que acabara de o deixar no tabuleiro e ainda estava junto à porta, jovem, com aquela expressão neutra que os grandes hotéis treinam nos homens para que nunca pareçam curiosos e nem servis em excesso.

— “Deixaram isto na receção?” perguntei.

— “Sim, *signore*. Pediram entrega em mão.”

— “Quem?”

— “*Non lo so.*”

Sabia menos do que eu, ou soube fingir melhor. Acenei depois da grojeta. Ele saiu e fechou a porta com um cuidado que só existe em hotéis caros e em funerais.

Fiquei sozinho com o envelope, o café, a prata limpa e o canal à frente da janela.

Abri-o com a faca da manteiga.

Lá dentro vinha uma carta de duas páginas em papel espesso, uma folha de aprovação com assinaturas digitalizadas, um anexo de calendarização e, no fim, uma nota dobrada à parte. O cabeçalho da carta trazia o nome da associação: “Voice 4 All Consumers”.

Li devagar.

O conselho diretivo aprovava o avanço formal da operação em Portugal. A formulação era cautelosa, quase pudica, como se a linguagem pudesse absolver a estrutura do que ia ser feito com ela. Falavam em defesa dos consumidores lesados, em padrões sistemáticos de dano, em capacidade analítica externa e em apoio técnico à documentação. O dinheiro, como sempre, não aparecia como dinheiro. Aparecia como tecnologia, consultoria, equipa, relatórios e validação independente. Tudo limpo por camadas. Tudo suficientemente defensável se lido em parcelas.

A causa era séria. Isso via-se nas entrelinhas e no pouco que a carta tinha a decência de não esconder. Havia lesados reais. Havia abuso real. Havia matéria bastante para a ação coletiva e para vergonha pública. Era isso que tornava tudo pior. Quando a causa é limpa, o mecanismo sujo ganha respeitabilidade, ainda que emprestada.

Passei ao anexo. A calendarização vinha em quatro blocos. Primeiro, triagem documental e recolha estruturada. Depois, ingestão técnica, tradução, classificação e apoio à formação de prova. A seguir, comunicação pública e pressão reputacional gradual. No fim, ativação contenciosa com suporte analítico e um *validator* metodológico externo. Nenhuma linha dizia financiamento indireto. Nenhuma linha dizia captura. Nenhuma linha precisava.

Conhecia aquele desenho antes de o ver ali. Não nos nomes exatos, mas na forma. O mesmo tipo de arquitetura que faz uma associação parecer autora de uma ofensiva que já lhe chegou calibrada por fora. O mesmo modo de converter uma causa legítima num corredor de serviços, dados, reputação e pressão concorrencial. Não compram o lesado. Compram a ordem pela qual o lesado entra na agenda. É mais barato e deixa menos manchas.

A água lá fora bateu com mais força na margem. Um terceiro *vaporetto* passou, carregado de gente demais para a hora, e o som entrou pelo vidro como um motor embrulhado em tecido.

Voltei à carta principal. Havia uma frase no fim da segunda página, antes das assinaturas, que me fez parar. “*The Board acknowledges the ethical sensitivity of the operational framework and requests heightened safeguards in relation to external technological support.*” Era o modo deles de dizer que sabiam. Não tudo. O suficiente.

Abri então a nota dobrada.

Era um papel pequeno, arrancado de um bloco comum, sem timbre, com duas linhas manuscritas em inglês.

“*The case is sound.*”

RECONSTRUÍDO

But it's all a façade.”

Fiquei com o papel entre os dedos mais tempo do que o resto do pacote. As duas linhas valiam mais do que as páginas todas, precisamente porque dispensavam o esforço de parecer equilibradas. Não eram denúncia. Não eram aviso. Eram o máximo de verdade que alguém decidira permitir-se por escrito.

Levantei-me e fui até à janela com a nota na mão. Do outro lado do vidro, o Canalasso arrastava a sua cor de água velha e de inverno, as fachadas devolviam uma luz fria, um *vaporetto* curvou ao longe e a cidade fez o que sempre faz: continuou sem pedir licença.

O segundo Natal depois da minha morte começou assim: com a fotografia da mesa da minha mãe sem mim, a frase seca da Cecilia, a primeira linha do manuscrito enfim escrita e uma associação de consumidores a aceitar, em nome do bem, o tipo de mecanismo que eu conhecia demasiado bem para fingir ingenuidade.

Voltei à secretária. Deixei a nota ao lado do manuscrito aberto, ao lado da prata limpa e do café que já não valia a pena beber.

Sentei-me e reli a frase inicial, minha desta vez, com a caligrafia firme do teclado e o canal atrás de mim.

“Se isto vos chegou às mãos, então morri a tempo ou falhei a última saída.”

Não corriji nada.

Lá fora, Veneza continuou a deslocar a água escura entre os palácios e os hotéis. Cá dentro, sobre a secretária, a nota anónima fazia o único trabalho sério daquela manhã: lembrava-me que a justiça de uma causa nunca limpou o que se faz para a pôr a render.

2

O MANDATO

Trieste, Itália — apartamento alugado, 26.12.2027

Abora começou antes de eu acordar. Não era som contínuo. Eram rajadas curtas, secas, a empurrar o alumínio mal vedado do apartamento frente ao porto velho como quem testa uma porta que talvez ceda. Fiquei deitado a ouvir o vidro a vibrar e os cabos soltos de um estore no prédio ao lado a baterem no caixilho com uma disciplina irritante. Há cidades que entram pela pele. Trieste entra pelos ossos.

O apartamento servia. Quarto estreito, sala com sofá de tecido áspero e uma mesa de jantar grande demais para a casa, como se alguém a tivesse comprado para visitas que nunca chegaram. A cozinha era um corredor com fogão elétrico, lavatório pequeno e um frigorífico baixo que zumbia sem descanso. Do outro lado da rua, para lá de uma faixa de asfalto húmido, via-se o porto velho: armazéns longos, janelas altas sem vida, gruas paradas e uma água cinzenta que não refletia nada com vontade.

Abri o telemóvel antes de me levantar. Havia um *email* no endereço morto, aquele que a minha irmã continua a usar como quem deixa flores numa pedra. Sem assunto. Uma fotografia da loiça por lavar e um texto curto.

“A mãe guardou o bolo rei que sobrou. Ficou duro.”

Não respondi. Fiquei uns segundos a olhar para a travessa de vidro no canto da bancada, o guardanapo dobrado ao lado e a faca serrilhada.

Levantei-me e estendi no chão do quarto a toalha pequena da casa de banho, mais para não pousar os antebraços no frio do que por higiene. Encostei o telemóvel ao rodapé, marquei quatro minutos e entrei em prancha como quem assina uma obrigação sem testemunhas. Em Trieste, até o exercício parecia castigado pela cidade. A bora batia no alumínio das janelas, o estore do prédio ao lado sacudia-se de forma irritante e eu fiquei a olhar para uma mancha baça junto à parede até os ombros começarem a tremer. Aos cinquenta e dois anos, o corpo já não aceita heroísmos; aceita rotina, teimosia e contas que se pagam contra o chão. Aguentei os quatro minutos inteiros. No fim, não houve vitória nenhuma. Houve só ar a entrar mal e o abdómen a endurecer como se ainda tivesse alguma coisa a provar.

Virei-me de costas no soalho e comecei os abdominais sem contar. Nunca conto. Contar dá ao corpo a ilusão de que há um fim negociado. Prefiro parar quando arde o suficiente para me lembrar que ainda mando em alguma coisa. Subi e desci até a barriga queimar e a lombar ameaçar a velha deslealdade das manhãs frias. Fiquei ali uns segundos, deitado, a ouvir o frigorífico a zumbir no corredor da cozinha e o vento a testar o alumínio mal vedado do apartamento como se quisesse entrar também. Depois levantei-me.

Fui à cozinha, pus água a aquecer e preparei café na cafeteira italiana que vinha com a casa, alumínio manchado e pega meio solta. Enquanto esperava, liguei o portátil seguro, o que uso quando quero ler sem deixar uma vida inteira aberta no ecrã. O envelope de Veneza estava onde o deixara, dobrado dentro do manuscrito e com a nota manuscrita por cima da primeira página.

“The case is sound.

But it’s all a façade.”

Era uma frase melhor do que o resto do material. Quem sabe demais quase nunca escreve melhor do que o necessário. Quem escreve pouco, por vezes, acerta.

Às nove e dezassete chegou o primeiro aviso. Não um *email*. Um *token* de acesso temporário, doze minutos de validade, remetido por um *data room* com nome anódino, “*Adriatic Consumer Documentation Node*”, como se o nome pudesse lavar a arquitetura. Entrei. Duas pastas.

“CONSUMER HARM — PT”

“MARKET CONTEXT / STRATEGIC EXPOSURE — CONFIDENTIAL”

Abri a primeira.

O dossiê dos consumidores era sério. Foi a primeira coisa que me irritou. Preferia sempre começar pelo que podia desprezar, porque o desprezo facilita o trabalho e protege a cabeça. Não tive essa sorte.

Havia contratos, gravações transcritas, comprovativos de débito, respostas automáticas de apoio ao cliente, cartas de cobrança, relatórios médicos em dois casos, declarações de insolvência pessoal em três, cronologias e um padrão de abuso que não precisava de grande retórica para se deixar ler. Vendas agressivas a idosos, renovações automáticas escondidas em letra pequena, serviços acessórios empurrados como condição para manter o principal, puro *coercive tie selling*, cancelamentos dificultados por desenho e, quando a resistência subia, uma máquina de *call center* treinada para cansar o consumidor até ele aceitar perder pouco em vez de tentar recuperar tudo.

RECONSTRUÍDO

Li uma transcrição de Braga, outra de Setúbal, duas do Porto e uma de Faro. Mudavam as vozes, a vergonha e a idade. A estrutura era a mesma. Num dos anexos, uma mulher de sessenta e nove anos explicava em quatro parágrafos secos que deixara de comprar a medicação completa naquele mês para pagar “a regularização imediata” de um serviço que nunca pedira. Noutra folha, um homem de Viseu, reformado, descrevia como passara três tardes ao telefone para cancelar um pacote que lhe tinham vendido como atualização obrigatória. No fim, aceitara manter metade porque “também já estava cansado”.

Conheço a diferença entre dano real e teatro de lesado. Havia dano real ali.

Abri a segunda pasta.

O tom mudava logo no índice. Já não havia nomes de consumidores, datas de débito, capturas de ecrã e correspondência de apoio ao cliente. Havia *competitor risk modelling*, *scenario notes*, *strategic reputational exposure* e uma nota de cobertura onde uma concorrente internacional, formalmente ausente do litígio, aparecia como compradora de um pacote de *consumer risk intelligence* à medida. Nada de dinheiro direto para a associação. Nada de *funding* explícito para a ofensiva. Nada tão vulgar.

O dinheiro ia entrar por outro lado. Tecnologia de triagem. Consultoria regulatória. Auditoria metodológica externa. Equipas de campo para recolha e organização de prova. Ferramentas de *litigation analytics*.

Visto por partes, era defensável. Uma associação pequena não tem equipas para ler milhares de páginas, nem capacidade para classificar padrões de abuso, nem orçamento para traduzir documentação, nem acesso a sistemas de correlação entre queixas, contratos e cronologias de venda. Se alguém lhe oferece ferramenta, consultoria e peritos, a superfície moral aguenta. O problema estava no conjunto. O conjunto não queria apenas ajudar consumidores. Queria organizar o dano de modo a produzir valor estratégico para um terceiro.

A concorrente não comprava a causa. Comprava a cadência.

Fui fazendo notas no caderno. Por fragmentos, que é como a cabeça funciona nessa fase.

“Causa louvável.”

“*Funding* sem *funding*.”

“Compra reputacional por camadas.”

“*Due diligence* concorrencial disfarçada.”

O café arrefeceu ao lado do teclado. Bebi-o na mesma.

Havia um anexo dentro da segunda pasta que me fez parar. Certificação metodológica de vinte e três páginas, fórmulas de independência, notas de

robustez estatística, validação de amostragem. No topo, em letra pequena, o carimbo digital.

“*Hadria Method Review AG.*”

Fiquei a olhar para o nome.

Julgava a Hadria extinta. Não extinta no sentido poético que os advogados usam quando uma sociedade muda de nome e continua noutra rés-do-chão com o mesmo mobiliário. Extinta mesmo. Liquidação total, há anos. Eu próprio lera a nota de dissolução numa *due diligence* antiga e guardara o nome porque me interessara o modo como desaparecera sem deixar pendências aparentes.

E ali estava de volta, impecável, a validar a metodologia sem validar a finalidade, que é a forma de lavar uma operação que não quer sujar a mão.

O telefone seguro vibrou na mesa. Número mascarado. Atendi.

— “Recebeu os ficheiros?” perguntou o Álvaro.

Não disse bom dia. Também não o faria.

— “Recebi.”

— “E?”

— “E a causa é séria.”

— “Eu sei.”

— “O mecanismo também.”

Houve um silêncio curto, o tipo de silêncio que ele usa para me deixar ouvir a minha própria frase.

— “Preciso da sua leitura operacional até ao fim do dia.”

— “A associação tem legitimidade processual e material.”

— “Sim. E a ação tem homogeneidade dos interesses da classe para ser aceite como coletiva.”

— “Pois. Mas há aqui financiamento encapotado de um concorrente.”

— “É uma forma possível de o dizer.”

— “Não é possível de dizer. É mesmo assim. A associação não é independente. Isto é espionagem concorrencial.”

Do outro lado ouvi um papel a ser mexido. Ou alguém a fingir que mexia num papel. O Álvaro gosta de pequenos ruídos funcionais. Dão-lhe um ar de homem ocupado por coisas maiores do que a conversa em curso.

— “O seu problema,” disse ele, “é continuar a tratar como escândalo aquilo que o mercado já trata como normal.”

— “O meu problema? O problema não é meu. Mas percebi sem grande esforço a arquitetura do esquema.”

— “E por isso precisamos de si.”

Detesto-o sobretudo nesses momentos. Nada lisonjeia menos do que ser indispensável para a gente errada.

RECONSTRUÍDO

— “Não precisam de mim,” respondi. “Precisam de alguém que saiba distinguir uma ação coletiva séria de espionagem concorrencial.”

— “Precisamos de alguém que...”

— “Aliás, isto é bem mais que espionagem concorrencial, a ideia é destruir reputacionalmente o concorrente. Quase que aposto.”

— “É perspicaz e convenientemente imune a ilusões.”

— “Isso era um elogio?”

— “Era um facto.”

Fui até à janela com o telefone na mão. No porto velho, um empilhador atravessava devagar a frente de um armazém, amarelo sujo, sozinho demais para a escala do espaço.

— “Porque é que a Hadria valida este anexo?” perguntei.

Desta vez o silêncio dele demorou mais.

— “A Hadria não tem relevância para a sua nota operacional.”

— “Tem para mim.”

— “Considere-a um validador externo com capacidade metodológica.”

— “Considerarei-a dissolvida.”

— “Nem tudo o que fecha desaparece,” disse e fez uma pausa. “Devia saber isso melhor que ninguém.”

Era a resposta típica dele, suficientemente exata para ser útil e suficientemente incompleta para me irritar.

— “E quem montou o segundo dossiê?”

— “Isso também não lhe diz respeito.”

— “Diz-me respeito se querem que eu o leia.”

— “Isso já é curiosidade.”

— “A curiosidade é metade do meu trabalho.”

— “Não. O seu trabalho é obedecer ao perímetro.”

Quase sorri.

— “Não me trate como se eu tivesse sido recrutado ontem.”

— “Não. Não o trato. É precisamente por o conhecer que lhe ligo.”

A frase veio sem calor e sem cinismo visível. Era pior assim.

— “E porque me conhece, sabe também o que eu detesto mais nestas conversas.”

— “Sei.”

— “O tom de indispensabilidade.”

— “Não é tom. É avaliação.”

— “Pois, ainda é pior.”

Ouvi um sopro curto do outro lado. Não chegava a ser riso. O Álvaro nunca se dá esse luxo comigo.

— “Entregue a nota até às dezoito. Há uma reunião de alinhamento às dezanove e trinta.”

— “Com quem?”

— “Com as pessoas necessárias.”

— “As pessoas necessárias têm nome?”

— “Nem sempre.”

Desligou.

Fiquei um segundo com o telefone na mão, virado para o porto, a ouvir o radiador elétrico arrancar e falhar logo a seguir. A pior forma de frio é a que parece prestes a ceder e afinal não.

Voltei ao portátil e abri outra vez a pasta dos consumidores. Não porque precisasse de me convencer da legitimidade. Já estava convencido. Queria ver onde o dossiê começava a deixar de ser deles e passava a ser da máquina.

Os metadados deram-me a primeira resposta.

O *board* da Voice 4 All Consumers aprovava formalmente o avanço da operação em Portugal a 24 de dezembro, isso eu sabia desde Veneza. O ficheiro-mãe do *consumer harm pack* fora criado a 11 de dezembro, às 06:42, por um utilizador externo identificado apenas como “pt_fi-eld_ops_03”. A primeira revisão datava de 12 de dezembro. A classificação por *clusters* de dano, 13. A tradução sumária dos elementos sensíveis, 14. A grelha de priorização de casos com potencial mediático, 15. E a primeira nota de “*narrative consistency review*”, expressão que numa associação séria deveria provocar pelo menos vergonha, vinha de 16.

A aprovação formal do *board* fora no dia 24. Ninguém aprova uma coisa destas na véspera de Natal por inocência.

O dossiê já estava a ser limpo, organizado, calibrado e hierarquizado mais de uma semana antes.

Abri os *logs* internos da pasta. Havia mais.

Dois pedidos de reserva em Braga para formação metodológica de equipas de recolha, emitidos a 18 de dezembro. Uma minuta de *Q&A* para porta-vozes, 19. Um *template* de *press note* “*for post-approval activation*”, 20. E, enterrado num subdiretório com nome estúpido, um ficheiro Excel de *hospitality logs* com deslocações, jantares, quartos e salas reservadas para pessoal técnico que formalmente ainda não existia.

Não tinham esperado pela decisão da associação. Tinham preparado a decisão da associação para que ela chegasse quando o resto já estava montado.

Voltei ao caderno e escrevi uma linha única:

“Já não era uma associação. Era uma fachada.”

RECONSTRUÍDO

A nota de Veneza tinha razão:

“The case is sound.

But it’s all a façade.”

Fechei o portátil sem pressa. Lá fora, a bora recomeçara, a bater nas janelas com a mesma insistência da manhã.

Na mesa, o café frio, o caderno aberto, o nome da Hadria Method Review AG e os dois dossiês pousados como se ainda fossem dois.

Já não eram.

3

O CONSULTOR INVISÍVEL

Liubliana, Eslovénia — hotel de negócios, 28.12.2027

A estação de Liubliana ficava a duzentos metros do hotel e fazia-se ouvir sem se impor. Não eram anúncios claros, nem o chiar contínuo dos travões, era apenas o ruído de fundo que uma grande estação espalha pelos quarteirões em volta. O hotel vivia disso. Recebia gente de passagem, advogados com malas pequenas, consultores em reuniões onde se decidia a forma legal de torcer uma realidade e funcionários europeus com ar de quem só pernoita em cidades para lhes poder cobrar a distância no relatório de despesas.

Fiquei no sexto andar, quarto virado para os carris, tapete curta, cadeira de trabalho demasiado leve e um armário onde a porta da esquerda já não fechava bem. O aquecimento arfava em ciclos e deixava no ar um resíduo seco que me arranhava a garganta. Na secretária, ao lado do portátil fechado, tinha o envelope de Trieste e a nota que já sabia de cor.

“The case is sound.

But it’s all a façade.”

Antes de descer, abri o endereço morto que a minha irmã continuava a usar. Havia uma fotografia nova. A mesa da cozinha em Gaia, já sem a toalha de Natal, um prato com fatias de bolo-rei endurecido e a mão da minha mãe a empurrar migalhas para a palma. Sem texto. Não respondi. Fechei o ecrã e fiquei um instante a olhar para o meu reflexo na janela. Aos cinquenta e dois anos, o corpo cobra a má vida com recibos pequenos e regulares. Dormira mal. A cara mostrava-o.

Vestido e sem pressa, saí do quarto por um corredor de hóspedes e entrei no hotel pela parte que me interessava, a de serviço. A receção nunca me viu. Desci pela escada de emergência até ao piso da lavandaria, atravessei um corredor onde duas raparigas empurravam um carro de lençóis com a pressa muda dos que trabalham em hotéis e cheguei à zona técnica por uma porta cinzenta sem sinalização. O diretor de operações já tinha sido instruído. Não me chamou pelo nome, não me pediu documentos, não olhou duas vezes. Deu-me um *badge* branco sem marca e disse apenas que a sala estava pronta.

Era assim que eu gostava. Quando o dinheiro já tinha feito o trabalho antes de eu entrar.

A reunião ia acontecer numa sala de segundo nível, nem a grande do rés-do-chão, usada para congressos de farmacêuticas, nem uma das pequenas, que cheiram sempre a café refeito e a uma humilhação corporativa que eu não suportava. Ficava num piso intermédio, junto a dois *breakout rooms* ligadas por uma divisória de vidro fumado que, do lado certo, funcionava como espelho. Do lado errado, deixava ver sombras e pouco mais. Mandara montar som limpo e sem imagem. Um microfone de mesa, um retorno discreto no auricular e um monitor lateral com a sala principal em tempo real. Nada de câmara apontada à minha cara. Nada de corpo. O corpo distrai. A voz, sem rosto, obriga-os a preencher o vazio e preserva-me.

Instalei-me na sala de trás às onze e dez. Havia uma mesa de apoio com água, duas chávenas vazias e um prato de biscoitos secos embrulhados em plástico. Pousei o casaco na cadeira, liguei o portátil e abri o dossier do dia. Não precisava de o reler. Precisava apenas de o ter diante de mim com a aparência calma das coisas dominadas.

Os primeiros a chegar foram os da associação.

A Federica Sandri entrou na sala principal às onze e vinte e quatro, sobretudo escuro, pasta de cartão grosso debaixo do braço e um modo de caminhar que eu reconheço depressa em gente séria: sem grande teatro, sem tempo para pose e sem o vício de olhar à volta para confirmar se está a ser vista. Devia ter perto de quarenta e cinco anos. Não trazia portátil. Trazia papel. Gostei dela por isso e desconfiei dela pelo mesmo motivo. Quem ainda trabalha em papel em 2027 ou é profundamente sério ou profundamente controlado. Às vezes são a mesma pessoa.

Com ela vinha o Rui Madureira Ferrás, quarenta e poucos, diretor jurídico da Voice 4 All Consumers, cara estreita, gravata azul sem padrão e um cansaço que eu conheço bem. Não era homem de palco. Era homem de anexos, prazos, contraditórios e noites mal dormidas. Trazia o portátil aberto antes de se sentar, o que me disse o suficiente sobre a sua relação com o medo.

Os dois escritórios externos chegaram a seguir.

Do lado português veio o Paulo Duarte, professor de direito na Universidade Lusófona, sócio de uma *boutique* de contencioso do Porto com prática em ações coletivas. Já me tinham mandado duas notas dele. Escrevia bem, o que me irritava, porque homens que escrevem bem em pareceres tendem a acreditar demasiado no som da própria voz. Entrou, pousou o

telemóvel virado para baixo e ocupou a cadeira mais próxima da porta. Mau sinal. Homem de fuga ou de controlo de entrada.

Do lado espanhol apareceu a Mariola Ruiz, de Madrid, escritório médio, boa prática em concorrência, excelente reputação de não se vender por pouco e de não se comover por nada. Trazia um casaco cinzento, cabelo apanhado e um caderno de capa preta onde escreveu a data antes de olhar para a mesa. Fez bem. A data é sempre a primeira coisa que interessa quando o resto é complicado.

Havia ainda um quinto elemento, introduzido pelo hotel como facilitador técnico-linguístico, mas que não me enganou um segundo. Aleš Vidic, esloveno, fato escuro, inglês impecável, sorriso de anfitrião e mãos de quem passou a vida a tocar pouco no que decide muito. Formalmente estava ali para garantir que a sala, a gravação interna e a circulação de documentos cumpriam protocolo. Na prática, estava ali para relatar ao nível certo o que saía da reunião.

Esperei que todos se sentassem. Vi-os no monitor, um a um, a arrumar canetas, copos e papéis. Vi a Federica Sandri endireitar a pasta paralela à margem da mesa. Vi o Rui Ferrás a testar o microfone apesar de lhe terem dito que o som era unidirecional. Vi o Paulo Duarte olhar para o vidro fumado duas vezes como quem tenta perceber se atrás da sombra há apenas sombra. Vi a Mariola Ruiz não olhar uma única vez, o que me interessou mais do que qualquer gesto dos outros.

Às onze e trinta, o Aleš carregou no botão do som e a sala ganhou a minha voz sem ganhar o resto.

— “Bom dia.”

Deixei o silêncio fazer o primeiro trabalho.

— “A partir deste momento assumam três coisas. Primeira, a causa que vos traz aqui é legítima. Associação tem legitimidade adjetiva para intentar a ação popular nos termos do artigo 3 da Lei 83/95. Tem legitimidade substantiva, pois há consumidores reais, dano real. Ou seja, para os advogados aqui presentes, há comportamento ilícito... ilicitude, culpa, dano e nexos causal. Importante, o caso resiste ao teste da homogeneidade dos interesses em causa. Qualquer lastro de individualização deve ser abstraído, pois a gênese comum dos interesses é nuclear e dominante. Segunda, e quero deixar isto claro, o financiamento deste litígio não é inocente. Pode parecer limpo. Está bem camuflado. Mas não é inocente. Terceira, todos sabemos perfeitamente o papel de cada.”

Ninguém escreveu na primeira frase. Escreveram na terceira.

— “Não me interessa vender-vos moralidade. Interessa-me construir um perímetro que aguente escrutínio judicial, regulatório e reputacional.

Se estão aqui para uma campanha contra uma empresa porque isso convém a um concorrente, levantem-se já. Se estão aqui por tudo o resto, tomem notas.”

A Federica Sandri cruzou as mãos em cima da pasta. O Rui Madureira Ferrás começou a escrever. O Paulo Duarte fez um movimento curto com o maxilar, coisa de professor-advogado que ouviu uma frase mais dura do que esperava e decidiu não reagir cedo demais. A Mariola Ruiz continuou quieta.

— “O desenho correto não começa por litígio. Começa por *procurement*.”

Escrevi a palavra num bloco, apenas para fixar o ritmo.

— “A associação contrata estudos. Não campanhas. Estudos. O objeto contratual tem de ser legível, defensável e limitado. Mapeamento de dano, análise de padrões de comercialização, tratamento de reclamações, revisão de contratos, tradução de prova, apoio metodológico à triagem. Nada que permita escrever, numa linha de *email* ou numa nota interna, que o estudo existe para abater reputação de terceiros.”

O Rui Madureira Ferrás levantou a cabeça.

— “E se o estudo revelar precisamente isso, risco reputacional grave?” perguntou.

— “Então o risco aparece como consequência do dano, não como finalidade da ação.”

Ele assentiu e escreveu mais depressa.

— “Segunda camada. *Litigation analytics*. Não para substituir os juristas, mas para fazer o que os juristas fazem mal quando lhes caem milhares de páginas em cima. Agrupamento de casos, cronologias de abuso, identificação de pontos comuns, *call scripts*, respostas de apoio ao cliente e por aí fora. A tecnologia serve para transformar ficheiros em inteligência sustentada e aumentar a consistência. Se a usarem para fabricar prova, vai correr mal.”

A Mariola Ruiz falou pela primeira vez.

— “Quem controla a parametrização?” perguntou.

Boa pergunta. Feita cedo.

— “O escritório que litiga não controla. O financiador não controla. A associação também não deve controlar sozinha. Quem desenha o modelo não decide o alvo. Quem decide o alvo não toca no modelo.”

— “E quem certifica isso?”

— “Terceira camada. Validador independente.”

Vi o Paulo Duarte mexer a caneta entre os dedos.

RECONSTRUÍDO

— “Uma entidade externa certifica o método, a amostragem, a integridade da recolha e a cadeia documental. Certifica como foi feito. Não para o que foi feito. Essa distinção é o centro moral e jurídico desta arquitetura.”

Não lhes dei o nome. A Hadria não precisava de entrar na sala para mandar nela.

— “Se o validador aceitar validar finalidade, está comprado.”

O Aleš Vidic tomou nota pela primeira vez. Tarde. Mau sinal.

Aproximei a cadeira da mesa, não porque alguém me visse, mas porque o corpo afina a voz.

— “Quarta camada. Suporte técnico à causa. A associação não recebe, ou não deve receber, dinheiro direto sob a forma vulgar e burra do financiamento visível. Recebe meios. Equipas de recolha, revisão documental, tradutores, peritos, *software* de triagem, apoio na organização de depoimentos, cronologias, salas, logística, deslocações justificáveis, hospitalidade mínima e registada. Tudo o que um processo sério precisa e uma estrutura pequena não consegue pagar sozinha.”

Fiz uma pausa. Propositada.

— “E senhas de presença em reuniões. Dinheiro direto aos membros da associação.”

O Paulo Duarte ergueu finalmente a voz.

— “Senhas de presença. Podem achar que está a comprar a associação por via dos seus membros.”

— “Não. O que decide se a compram é o que vocês deixam misturar na mesma pasta.”

Deixei a frase assentar.

— “O artigo 10 do decreto-lei 114-A/2023 já não é novidade. No seu número 5, apenas proíbe que o financiador imponha, impeça ou influencie a escolha dos mandatários judiciais, a definição da estratégia processual e, ainda, as decisões de intentar, prosseguir, desistir, transigir, recorrer ou não recorrer e, em geral, praticar ou não praticar qualquer ato processual no âmbito da ação coletiva.”

— “Eu sei disso,” respondeu o Paulo Duarte. “Mas também sei que o financiador não pode ser concorrente do demandado ou uma entidade da qual o financiador dependa.”

— “Certo. o número 7 do artigo 10. Mas aqui a entidade que financia não tem ligação ao concorrente.”

— “Estou a perceber. Mas a remuneração dos membros da associação pelo financiador, mesmo com senhas, parece-me oblíqua,” argumentou o Paulo Duarte.

— “O TJUE, no caso *Ius versus* cartel da Banca, entendeu que o o órgão jurisdicional nacional, o tribunal português, é que tem de verificar, em concreto, no caso, o cumprimento do disposto nos números 1 e 2 do artigo 10 da diretiva, salvo erro a 2020/1828. Ou seja, que o representante da classe não seja indevidamente influenciado por um terceiro e de uma forma que prejudique os interesses coletivos dos consumidores abrangidos pela ação coletiva. Portanto, pode receber dinheiro e no limite até pode ser influenciado, só não pode é com essa influência prejudicar os interesses em causa.”

— “Mas esconder o rasto de quem realmente paga... o concorrente.”

— “Vou simplificar. Nunca, em circunstância nenhuma, o dossiê dos consumidores, o *procurement* metodológico, a relação com o validador e qualquer interesse concorrencial podem viver no mesmo circuito documental. Não no mesmo *data room*, não na mesma ata, não no mesmo *fee schedule* e não no mesmo idiota. Se um procurador competente consegue juntar estas camadas em quarenta e oito horas, falharam. Se um juiz sério consegue ler a intenção concorrencial no acordo de financiamento, falharam. Se um jornalista mediano percebe a rota do dinheiro antes de perceber o dano, falharam.”

A Federica Sandri falou então, pela primeira vez, sem levantar a voz.

— “Se bem entendi, o mecanismo pode estar contaminado desde o início e não há problema, se houver depois total afastamento. É isso?”

Olhei para a sombra dela no vidro. Tinha a cabeça ligeiramente inclinada, não em submissão, mas no gesto de quem já chegou sozinha à pergunta antes de a pôr aos outros.

— “É isso. É obrigação da associação ganhar distância. Distância documentável, sim.”

— “Com que custo?”

— “Com o custo de recusar certas ajudas e de fragmentar certos serviços.”

Ela assentiu, mas não como quem concorda. Como quem confirma uma coisa desagradável que já sabia.

— “A arquitetura correta tem cinco princípios.”

Levantei a mão, sozinho, do lado de cá, e fui marcando os dedos.

— “Um. Causa legítima primeiro. Sem dano real, sem legitimidade, não há nada. Dois. *Procurement* limpo à leitura judicial. Três. Separação rigorosa entre método, litigância e interesse concorrencial. Quatro. Validador externo a certificar procedimento, nunca motivação. Cinco. Cadeia documental curta, estável e chata. A chateza é uma virtude. Quando um

mecanismo é demasiado inteligente no papel, um tribunal sério começa a odiá-lo cedo.”

O Rui Madureira Ferrás pediu licença com a mão.

— “E os *hospitality logs*?”

A pergunta era melhor do que parecia.

— “Não são acessório. São prova de higiene operacional. Quem viajou, quem dormiu onde, quem esteve em que sala, quem pagou, quem aprovou e em que data. Se não tiverem isso, qualquer apoio técnico ou senhas de presença vira pagamento encapotado. Se tiverem isso mal feito, vira pagamento encapotado na mesma. O *log* serve para demonstrar que não são viagens e ajudas de custo tipo conferência de propaganda médica.”

— “Mesmo quando a logística vem do financiador?”

— “Sobretudo aí.”

A Mariola Ruiz tomou a palavra sem pedir licença.

— “Está a assumir que haverá financiador interessado num ganho concorrencial e que esse ganho pode coexistir com causa legítima.”

— “Não estou a assumir. Estou a dizer-vos que é exatamente isso que têm em mãos.”

O silêncio, dessa vez, foi útil. Já não era o silêncio educado do princípio. Era o da sala que percebeu que eu não estava ali para fazer pedagogia sobre integridade institucional. Estava ali para eu lhes desenhar o limite entre uma operação defensável e uma captura de interesses que até o procurador mais incompetente cheirava à distância.

Falei mais vinte minutos. Sobre minutagem de deliberações, sobre o erro de deixar meter mais advogados ao barulho, sobre a necessidade de manter consultoria reputacional, sobre a utilidade de uma cronologia única validada por terceiro antes de qualquer peça pública e sobre a forma correta de lidar com os jornalistas quando o caso ainda mal começou. Não lhes dei nome para o dispositivo. Se lhes desse um nome, alguém o escreveria onde não devia e o nome começaria a viver por conta própria.

Às doze e vinte e sete calei-me.

— “Perguntas.”

O Paulo Duarte foi o primeiro, novamente.

— “Quem o contratou para esta reunião?”

— “A pergunta não interessa à vossa execução.”

— “Interessa-me a mim. À minha independência.”

— “A vossa independência não nasce de quem me contratou. Nasce do que vocês fizerem... aliás, do que não fizerem.”

Ele não gostou da resposta. Ainda bem. Um advogado satisfeito cedo demais costuma ser homem que confia no sítio errado.

A Federica Sandri fez a pergunta seguinte.

— “Está-nos a pedir para andarmos sobre uma linha muito estreita.”

— “Não. Estou a informar-vos de que a linha já é estreita. E sei que já caminharam muitas vezes por cima de linhas iguais. A diferença está, agora, em andarem com os olhos abertos.”

Houve mais duas ou três questões técnicas, prazos, validação, *procurement*, cláusulas de conflito de interesses e eu respondi com a *secura* que o tema merecia. Não os queria confortáveis. Queria-os lúcidos.

Às doze e quarenta e seis, desliguei o microfone. O Aleš entrou na sala de trás para recolher o equipamento, mas ficou à porta, à espera de qualquer coisa que não lhe dei. Na sala principal, pelo monitor, vi-os a arrumar papéis sem se levantarem logo. Isso interessou-me mais do que as perguntas. Quando as pessoas não se levantam logo depois de uma reunião destas, é porque alguma coisa ficou a trabalhar no sítio certo.

A Federica Sandri foi a primeira a sair. Não olhou para o vidro fumado. O Rui Madureira Ferrás fechou o portátil devagar, como quem sabe que não vai gostar do que terá de escrever no *memo* interno. A Mariola Ruiz meteu o caderno na mala e levantou-se sem pressa. O Paulo Duarte ficou mais uns segundos na cadeira, a olhar na direção da divisória. Depois levantou-se também.

Foi então que aconteceu a única coisa da manhã que me tirou a cadência.

Quando a mão dele já estava na pasta e a sala quase vazia, falou na direção do vidro, não alto, não baixo e sem humor nenhum.

— “Desculpe.”

O Aleš parou à porta. Eu também.

— “Já trabalhamos juntos antes do acidente?”

Não respondi.

Também não me mexi.

Do lado de lá do vidro, o som do hotel voltou a impor-se, o elevador de serviço, um carrinho de loiça ao longe e a estação a existir sem pedir licença. Fiquei a olhar para a figura dele no monitor, à espera daquilo que eu não lhe ia dar. Quanto mais se apaga o rosto, mais a voz começa a pertencer à memória dos outros.

Devia ter saído logo.

O percurso estava montado. Escada técnica, porta lateral, carro sem marca à segunda esquina e nenhum minuto a mais num hotel onde eu já tinha dito o suficiente. Fiquei.

RECONSTRUÍDO

O Aleš ainda estava à porta com o estojo do microfone na mão e a cara neutra de quem aprendeu cedo a não mostrar interesse por nada que mais tarde possa ser negado.

— “Preciso do registo de entradas desta manhã.”

Olhou para mim só o bastante para medir se aquilo vinha da operação ou de mim.

— “Não costumamos dar isso.”

— “Hoje dão.”

Trouxe-me a folha daí a pouco, saída de uma impressora a perder a tinta, papel fino, nomes, horas, *badges* temporários e matrículas associadas aos *transfers*. Li tudo depressa demais. O que me prendeu não foi o nome do Paulo. Foi uma nota curta, metida no fim da linha dele como quem põe lixo no rodapé de uma ata: “aguardou no piso intermédio sem instrução da casa.”

Li outra vez. Não porque a frase fosse mudar. Porque eu queria que mudasse.

Guardei a folha na pasta. Não me servia para nada que eu já não soubesse. Servia só para me deixar uma peça a mais na mão.

Saí pelo corredor lateral em vez da rota prevista, desci um piso, parei junto ao vidro da escada e fiquei a olhar para a rua como se ainda pudesse recuperar dali alguma vantagem. O carro dele já não estava.

Fiquei mais dois segundos junto ao vidro. Foi o suficiente para ver a sombra mover-se no lanço de escada acima do meu. Não vinha depressa. Vinha certa.

Virei as costas ao átrio e desci mais um piso. O corrimão de metal estava frio e a pasta bateu-me na coxa com a cadência irritante dos objetos que só pesam quando já não temos mãos livres para eles. O homem atrás de mim acelerou no momento exato em que eu deixei de o ouvir. Foi assim que soube que não era acaso.

Empurrei a porta corta-fogo e entrei noutra corredor de serviço. Carrinhos de minibar encostados à parede, uma caixa de detergente aberta no chão e luz branca demais para aquela hora. Ao fundo, uma empregada levantou a cabeça e encostou-se logo ao rodapé para me deixar passar. Eu já corria mal. Aos cinquenta e dois anos correr é uma negociação com o corpo, com o pulmão e com o joelho.

Ouvi a porta a bater atrás de mim.

Não olhei.

Atravessei a zona da lavandaria, passei entre dois sacos de roupa por fechar e cortei à direita por uma porta de pessoal que dava para a galeria lateral do hotel. O cheiro ali não era a nada de romântico. Era pano

molhado, vapor e a gordura do elevador de carga a trabalhar sem descanso. Escorreguei no cimento pintado e bati com o ombro no caixilho. Segurei a queda por pouco.

— “*Wait,*” chamou uma voz em inglês.

Não parei.

Saí para a rua traseira junto aos contentores e ao cais de cargas. O ar acertou-me na cara com a humidade baixa da estação e o ruído dos autocarros do outro lado da avenida. A estação ficava ali, aberta e pública, que era a melhor forma de desaparecer e a pior de controlar uma aproximação. Corri para lá sem heroísmo nenhum, a pasta agora debaixo do braço e o peito já a pedir medida.

Ouvi passos outra vez, mais perto.

Cortei por trás de uma carrinha branca de fornecimentos, atravessei a rua sem esperar pelo sinal e obriguei um táxi a travar com uma buzina de comprida que me seguiu até à entrada lateral da estação. O motorista abriu a janela para me insultar. Não esperei pela gramática.

Lá dentro havia o costume. Painéis de partidas, gente com casacos demasiado grandes, mochilas no chão e o café da estação a servir sandes de queijo e cerveja antes do almoço. Reduzi a corrida. É mais fácil encontrar um homem ofegante do que um homem cansado. Tirei o *badge* branco do bolso, parti-o ao meio e deixei uma metade dentro de um cinzeiro de metal junto à máquina de bilhetes.

Vi-o então pela primeira vez com clareza.

Não era o Paulo.

Trinta e poucos, cabelo muito curto, casaco escuro banal demais para ser lembrado, auricular de fio transparente encostado à pele. Não vinha para me abordar. Vinha para me empurrar. A distância dele em relação a mim era de manual. Nem perto o bastante para me tocar, nem longe o bastante para me perder.

Virei à esquerda para o corredor das casas de banho, entrei no WC dos homens e fechei-me no cubículo do fundo sem trancar. Subi para a sanita, apoiei a sola na loiça e esperei.

A porta abriu-se menos de dez segundos depois.

Ouvi duas passadas. Pausa. Mais duas.

O homem parou diante do meu cubículo. Vi-lhe os sapatos por baixo da divisória, limpos, sola fina e não próprios para correr. Ficou ali um segundo, à espera de respiração, de movimento, de erro.

Abri a porta de uma vez com o pé.

Acertou-lhe na coxa, não no joelho. Faltou-me meio palmo. Ainda assim bastou. Ele desequilibrou-se, entrou de lado na fileira de lavatórios e

RECONSTRUÍDO

eu passei por ele com o ombro à frente, já sem margem para compostura. Agarrou-me a manga do casaco. Rasgou tecido. Dei-lhe com a pasta na tromba, mais para ganhar espaço do que para ferir. Ouvi o plástico interno estalar e uma folha solta a voar para junto do secador de mãos.

— “*Jebenti.*”

Foi a única coisa que ele disse, com a secura universal de um foda-se.

Saí do WC, desci as escadas para o túnel das plataformas e só abrandei junto ao acesso do lado sul, onde o fluxo de gente obriga qualquer perseguição a escolher entre o escândalo e a desistência. Parei atrás de um pilar forrado a anúncios, puxei o ar duas vezes até o peito voltar a obedecer e esperei.

Ele não apareceu.

Também não apareceu a segurança do hotel, nem a polícia, nem o Paulo com ar de quem vinha esclarecer um mal-entendido. O que apareceu foi pior. Uma mensagem no telefone seguro, sem número visível, chegada nesse exato minuto.

“Não era para o apanhar.”

Fiquei a olhar para o ecrã com o suor a arrefecer-me nas costas e a manga rasgada a tocar-me no pulso. Uma manhã inteira a vender perímetro, disciplina e higiene operacional a terceiros. Bastaram nove minutos a pé para me lembrarem que, do outro lado, já me estavam a ler pelo corpo.

Foi assim que saí de Liubliana. Sem carro, sem rota limpa e com uma certeza a mais.

A pergunta do Paulo não foi curiosidade. Foi um teste.
